EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

MINUTA Nº 31/2026

PREGÃO Nº 20/2026

CONTRATANTE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA
CNPJ: 07.865.433/0001-59
UASG: 931716
Endereço: Travessa Pasteur, 50, Centro, Ponta Grossa/PR - CEP: 84.010-540
Fone: (42) 3220-1065
SEI073145/2026

OBJETO
A presente licitação tem como objeto assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE** para cumprimento das emendas impositivas nº 283/2026 e nº 105/2026, destinadas à entidade **ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO E MARCOS CAVANIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

OBS.: Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.Gov (Catmat/Catserv) e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA ESTA LICITAÇÃO
R$ 118.306,38 (cento e dezoito mil, trezentos e seis reais e trinta e oito centavos).

DATA DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE PREÇOS
Dia 24/09/2026 às 09h00min (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Menor preço – Por Item.

MODO DE DISPUTA
Aberto.

TRATAMENTO FAVORECIDO PARA ME / EPP / EQUIPARADAS
Sim.

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
Não.

Exclusiva para Microempreendedor Individual (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

LINKS ÚTEIS
Compras.gov.br.
Diário Oficial do Município de Ponta Grossa/PR.
Portal da Transparência.
Portal Nacional de Contratações Públicas.
Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS
Pregoeiro: Bruno Scheidt Trzaskos.
Portaria nº 25.930/2025.
Telefone: (42) 3220-1065 - ramal 2372 - **Horário:** 08:00 até às 12:00 e das 13:00 até às 17:00.
E-mail: bruno.trzaskos@pontagrossa.pr.gov.br.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

SUMÁRIO

1. DO OBJETO 3
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS 16
3. DOS ANEXOS 16
4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR 16
5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 17
6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 19
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO 21
8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES 22
9. DA FASE DE JULGAMENTO 25
10. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO 28
11. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 29
12. DA FASE DE HABILITAÇÃO 29
13. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO 31
14. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO 34
15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA 35
16. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL 35
17. DOS RECURSOS 36
18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO 37
19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 37
20. DO TERMO DE CONTRATO 39
21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 40
ANEXO 01 43
ANEXO 02 69
ANEXO 03 71
ANEXO 04 72
ANEXO 05 83

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

Torna-se público que a **Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa/PR,** situada na Travessa Pasteur, 50 - Centro, nesta cidade, mediante o **Pregoeiro**, designado pela **Portaria nº 25.930/2025**, realizará a licitação sob a modalidade **pregão eletrônico**, do tipo menor preço por item, conforme descrito neste edital e seus anexos.

O presente pregão é baseado na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990, todas com as alterações posteriores e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Este edital está disponível aos interessados no Portal da Transparência, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda disponibilizado no portal do Compras.gov.br, plataforma onde será realizado o processo deste certame.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE** para cumprimento das emendas impositivas nº 283/2026 e nº 105/2026, destinadas à entidade **ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO E MARCOS CAVANIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.1 Grupos/ Lotes / Itens:

ITEM	CATMAT/ ELOTECH	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)
01	258652 142022	**MÁQUINA E EQUIPAMENTO AGRÍCOLA E RODOVIÁRIO, TIPO CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO (ZERO TURN)**, novo, de primeiro uso, destinado à manutenção de gramados e áreas verdes, com as seguintes características técnicas mínimas: • Equipamento autopropelido, tipo Giro Zero (Zero Turn), com acionamento hidrostático nas rodas motrizes; • Motor a gasolina, 4 tempos, bicilíndrico, refrigerado a ar ou tecnologia equivalente, com potência mínima de 22 HP e cilindrada mínima de 700 cm³; • Sistema de partida elétrica; • Plataforma de corte com largura mínima de 122 cm (48 polegadas); • Plataforma de corte confeccionada em aço soldado de alta resistência, com espessura compatível para uso profissional; • Sistema de corte com, no mínimo, 03 (três) lâminas, permitindo as funções de: descarga lateral;	UNID.	01	33.199,33	33.199,33

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		trituração (mulching), mediante kit ou sistema compatível; coleta, mediante coletor ou kit compatível quando disponível para o modelo ofertado; • Regulagem da altura de corte entre 38 mm e 102 mm, no mínimo; • Transmissão hidrostática independente nas rodas motrizes, permitindo giro com raio reduzido ou nulo (Zero Turn); • Velocidade máxima de deslocamento à frente de, no mínimo, 10 km/h; • Tanque de combustível com capacidade mínima de 13 litros; • Assento ergonômico, com encosto alto e ajuste de posição; • Painel de comandos de fácil operação, contendo, no mínimo, indicadores de funcionamento e acionamento dos principais comandos do equipamento; • Faróis dianteiros em LED ou tecnologia equivalente; • Plataforma de apoio para os pés removível ou basculante, facilitando a limpeza e manutenção da plataforma de corte; • Sistema automático de freio de estacionamento ou dispositivo equivalente; • Mandris (spindles) da plataforma de corte confeccionados em ferro fundido, aço de alta resistência ou material de desempenho equivalente, aptos ao uso profissional; • Rodas pneumáticas apropriadas ao porte do equipamento; • Peso operacional aproximado entre 250 kg e 320 kg; • Equipamento fornecido completo, com todos os acessórios indispensáveis ao pleno funcionamento. **Requisitos de segurança** • O equipamento deverá: • atender às disposições da **Norma Regulamentadora nº 12 (NR -12)**, no que couber; • possuir dispositivos de segurança que impeçam o acionamento involuntário das lâminas; • possuir proteção das partes móveis; • possuir chave geral de ignição; • possuir sistema de desligamento do conjunto de corte conforme especificação do fabricante; • possuir dispositivos de segurança para operação conforme normas técnicas aplicáveis. • Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada do recebimento definitivo do equipamento, compreendendo assistência técnica, mão de obra, peças e componentes necessários ao perfeito funcionamento.				

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

Imagem meramente ilustrativa. 						
02	482183 142023	**MÁQUINA E EQUIPAMENTO AGRÍCOLA E RODOVIÁRIO, TIPO ROÇADEIRA LATERAL PROFISSIONAL**, nova, de primeiro uso, destinada à roçada de gramados, vegetação rasteira, capoeiras leves, margens de vias, parques, jardins e demais áreas verdes, com as seguintes características técnicas mínimas: Motor a combustão, ciclo de 02 tempos ou tecnologia equivalente, refrigerado a ar; Cilindrada mínima de 35 cm³; Potência líquida mínima de 1,5 kW (2,0 HP); Sistema de partida manual retrátil; Peso máximo de 8,5 kg, sem combustível e sem o conjunto de corte; Diâmetro mínimo de corte de 420 mm, utilizando cabeçote de fio de nylon ou conjunto equivalente; Sistema de transmissão por eixo rígido; Guidão tipo bicicleta ou equivalente ergonômico, com empunhaduras anatômicas; Sistema antivibração destinado a reduzir a transmissão de vibrações ao operador; Acelerador com trava de segurança e acionamento ergonômico; Interruptor para desligamento rápido do motor; Tanque de combustível com capacidade compatível com a potência do equipamento, proporcionando autonomia adequada às atividades de campo; Conjunto de corte compatível com: cabeçote de fio de nylon; e lâmina metálica para vegetação densa; Protetor do conjunto de corte conforme normas de segurança aplicáveis; Cinto de sustentação tipo duplo ou sistema ergonômico equivalente; Equipamento fornecido completo, acompanhado de: cabeçote de fio de nylon; lâmina metálica; kit básico de ferramentas para montagem e manutenção; recipiente dosador de combustível (quando aplicável); Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada do recebimento definitivo do	UNID.	02	2.013,88	4.027,76

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		equipamento, abrangendo mão de obra, peças e componentes necessários ao perfeito funcionamento. **Segurança** - O equipamento deverá atender às normas técnicas aplicáveis e possuir, no mínimo: • sistema de proteção do conjunto de corte; • trava de segurança do acelerador; • sistema de parada do motor de fácil acionamento; • dispositivos de segurança previstos pelo fabricante e compatíveis com a **NR-12**, quando aplicável.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
03	473227 142025	**MÁQUINA DE GELO EM CUBOS**, nova, de primeiro uso, destinada ao uso comercial ou institucional, com as seguintes características técnicas mínimas: Capacidade mínima de produção de 65 kg de gelo em cubos por 24 (vinte e quatro) horas, em condições normais de operação recomendadas pelo fabricante; A capacidade de produção deverá ser informada pelo fabricante em condições normais de operação (temperatura ambiente e temperatura da água), conforme especificação técnica do equipamento. Sistema automático de fabricação de gelo em cubos; Reservatório integrado para armazenamento de gelo, com capacidade mínima de 20 kg ou compatível com a capacidade de produção do equipamento; Alimentação elétrica em 220 V, admitindo-se equipamento bivolt quando disponível pelo fabricante; Sistema de refrigeração por ar ou água, conforme projeto do fabricante; Gabinete externo confeccionado em aço inoxidável AISI 430 ou superior, ou material de resistência mecânica e à corrosão equivalente; Estrutura interna e componentes em materiais próprios para contato com alimentos, atóxicos e resistentes à corrosão;	UNID.	01	11.880,70	11.880,70

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		Isolamento térmico de alta eficiência; Controle automático de produção, com interrupção do ciclo quando o reservatório atingir sua capacidade máxima; Indicadores luminosos ou sistema equivalente para, no mínimo: equipamento em funcionamento; falta de água, quando aplicável; reservatório cheio; Pés reguláveis ou sistema equivalente para nivelamento; Baixo nível de ruído compatível com ambientes internos; Eficiência energética compatível com a categoria do equipamento; Equipamento fornecido com todos os acessórios necessários para instalação e funcionamento, incluindo mangueiras, conexões e acessórios originalmente fornecidos pelo fabricante; Manual de operação e manutenção em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
04	483274 137195	**CADEIRA GIRATÓRIA ANATÔMICA PRESIDENTE**, com apoio: Cadeira giratória tipo presidente, nova, de primeiro uso, com assento e encosto anatômicos, estofados em espuma injetada de alta densidade, revestimento em tecido ou material sintético de alta resistência, apoio de cabeça integrado ou compatível com o encosto, apoio para os braços com regulagem de altura, mecanismo de reclinação do encosto com trava em múltiplas posições e ajuste de tensão, regulagem de altura do assento por meio de pistão a gás, base giratória com cinco hastes confeccionada em aço ou nylon de alta resistência, equipada com rodízios duplos apropriados para pisos frios ou carpetes, capacidade mínima de carga de 120 kg, design ergonômico em conformidade com os requisitos da NR -17 (Ergonomia) e demais normas técnicas aplicáveis. O equipamento deverá ser fornecido completo, montado ou acompanhado de	UNID.	10	2.992,28	29.922,80

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		manual de montagem em português, com garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
05	134096 462426	**VENTILADOR INDUSTRIAL DE PAREDE, NOVO, DE PRIMEIRO USO**, com diâmetro mínimo de 100 cm, destinado à ventilação de ambientes internos de grande porte. Equipado com hélice metálica de alta resistência, grade de proteção em aço conforme normas de segurança, motor de alto desempenho para uso contínuo, com no mínimo 3 velocidades, sistema de oscilação horizontal acionável, regulagem de inclinação vertical, baixo nível de ruído compatível com a categoria do equipamento, alimentação elétrica em 220 V ou bivolt (conforme disponibilidade do fabricante), pintura anticorrosiva, fixação em parede por suporte reforçado e capacidade de ventilação compatível com o diâmetro da hélice. O equipamento deverá ser fornecido completo, acompanhado dos acessórios necessários para instalação, manual de instruções em português e garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação.	UNID.	10	1.049,81	10.498,10
Imagem meramente ilustrativa. 						
06	606509 142026	**CAFETEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL**, nova, de primeiro uso, modelo tradicional, com capacidade mínima de 8 litros, destinada ao preparo e conservação de café. Equipamento confeccionado em aço inoxidável, com corpo e reservatório de alta resistência à corrosão, sistema de aquecimento elétrico com termostato para manutenção da temperatura, torneira com acionamento seguro para servir a bebida, tampa com fechamento adequado, alças	UNID.	01	1.041,68	1.041,68

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		laterais para manuseio, indicador de nível, resistência de alto desempenho, alimentação elétrica em 110 V ou 220 V, potência mínima de 1.300 W ou compatível com a capacidade do equipamento, base com pés antiderrapantes e componentes adequados para uso contínuo. O equipamento deverá ser fornecido completo, pronto para uso, acompanhado de manual de instruções em português e garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
07	424374 142027	**PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL**, nova, de primeiro uso, com capacidade mínima de 25 litros, confeccionada em alumínio, destinada ao preparo de alimentos em cozinhas institucionais e industriais. Equipada com tampa de fechamento seguro por travas de alta resistência, sistema de vedação com anel de silicone ou material equivalente, válvula de controle de pressão, válvula de segurança e dispositivo de alívio de pressão, cabos e alças confeccionados em material resistente ao calor, fundo reforçado compatível com fogões industriais a gás, acabamento de alta resistência à corrosão e de fácil higienização, atendendo às normas técnicas aplicáveis. O equipamento deverá ser fornecido completo, pronto para uso, acompanhado de manual de instruções em português e garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, quando aplicável.	UNID.	02	1.124,89	2.249,78
Imagem meramente ilustrativa. 						

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

08	637254 121716	**CLIMATIZADOR DE AR QUENTE E FRIO**, novo, com as seguintes características técnicas mínimas: Alimentação elétrica: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Cor: branco, preto ou combinação dessas cores; Tipo: climatizador de piso (chão), portátil; Funções mínimas: ventilação, climatização, aquecimento e oscilação de ar; Material: estrutura confeccionada em plástico de alta resistência e componentes eletrônicos, com acabamento de boa qualidade; Controle de velocidade: mínimo de 03 (três) velocidades, sendo baixa, média e alta; Direcionamento do fluxo de ar: inclinação vertical ajustável, com oscilação horizontal automática ou manual; Potência mínima: 1.000 W (na função aquecimento); Reservatório de água compatível com o funcionamento do equipamento; Dimensões aproximadas (A x L x P): 60 cm x 25 cm x 30 cm, admitindo -se variação de ±10%; Peso aproximado: até 6 kg, admitindo -se variação de ±20%; Controle remoto sem fio, com pilhas inclusas; Manual de instruções em língua portuguesa; Cabo de alimentação compatível com o padrão brasileiro de tomadas (ABNT NBR 14136); Certificação de conformidade emitida pelo INMETRO, quando aplicável; Baixo nível de ruído (máximo de **65 dB**, quando aplicável); Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo do equipamento.	UNID.	02	735,87	1.471,74
Imagem meramente ilustrativa. 						
09	121713 474330	**CARRINHO PLATAFORMA PARA TRANSPORTE DE CARGAS**, novo, com as seguintes características técnicas mínimas:	UNID.	06	1.328,87	7.973,22

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		Estrutura confeccionada em **aço carbono de alta resistência**, composta por perfis tubulares e vigas estruturais, proporcionando elevada robustez e durabilidade; Plataforma (assoalho) fabricada em **chapa de aço**, reforçada com perfis estruturais, adequada para transporte de cargas pesadas; Acabamento em **pintura eletrostática a pó (epóxi ou poliéster)**, com tratamento anticorrosivo; Dimensões aproximadas da plataforma (**comprimento x largura): 1.500 x 800 mm**, admitindo -se variação de **±5%**; Sistema de direção do tipo **quinta roda (eixo giratório dianteiro)**, permitindo maior manobrabilidade; Equipado com **04 (quatro) rodas pneumáticas**, medidas **350 x 8**, ou equivalente técnico, montadas em aro de aço estampado, com pneus de, no mínimo, **04 lonas**, sendo: 02 rodas fixas traseiras; 02 rodas direcionais dianteiras acopladas ao sistema de quinta roda; Capacidade mínima de carga: **800 kg distribuídos uniformemente**; Barra de tração (puxador) em aço, resistente e ergonomicamente dimensionada para movimentação manual; Soldas contínuas e acabamento isento de rebarbas ou arestas cortantes; Produto entregue montado ou acompanhado de todos os componentes necessários para montagem, bem como manual de instruções em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada do recebimento definitivo.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
10	445207 142028	**CORTADOR DE FRIOS SEMI - AUTOMÁTICO**, novo, de primeiro uso, destinado ao fatiamento de embutidos, queijos e produtos similares, com as seguintes características técnicas mínimas: Equipamento de bancada, de uso profissional; Estrutura confeccionada em **alumínio anodizado**, aço inoxidável ou material de	UNID.	01	4.765,32	4.765,32

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		resistência equivalente, adequado para contato com alimentos; Sistema de corte semiautomático; Produção mínima de **40 (quarenta) fatias por minuto**; Lâmina circular em aço inoxidável temperado, com diâmetro mínimo de **220 mm**; Regulagem da espessura do corte; Afiador de lâmina integrado ou removível; Proteção de segurança para a lâmina, em conformidade com as normas de segurança vigentes; Carro deslizante com movimento suave e dispositivo para fixação do alimento; Dimensões aproximadas (C x L x A): **470 x 410 x 385 mm**, admitindo -se variação de **±10%**; Peso aproximado: **17,6 kg**, admitindo-se variação de **±15%**; Alimentação elétrica: **127 V ou 220 V**, conforme necessidade da Administração; Frequência: **50/60 Hz**; Potência mínima do motor: **0,20 CV** (aproximadamente 150 W); Chave liga/desliga de fácil acionamento; Base com pés antiderrapantes; Equipamento em conformidade com as normas de segurança e, quando aplicável, certificado pelo **INMETRO**; Manual de instruções em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo. O cortador de frios deverá atender às disposições da Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12), especialmente quanto aos dispositivos de segurança destinados à proteção do operador, tais como proteção da lâmina, sistema de acionamento e demais dispositivos de segurança aplicáveis ao equipamento.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
11	295556 142029	**REFRESQUEIRA INDUSTRIAL**, nova, de primeiro uso, destinada ao resfriamento e distribuição de bebidas, com as seguintes características técnicas mínimas: Equipamento de bancada; Gabinete confeccionado em **aço inoxidável** ou material de resistência	UNID.	01	3.049,56	3.049,56

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		equivalente, com acabamento anticorrosivo; **02 (duas) cubas transparentes**, removíveis para higienização, com capacidade mínima de **16 litros cada**, totalizando **32 litros**; Reservatórios confeccionados em policarbonato ou material atóxico de alta resistência, próprio para contato com alimentos; Sistema de agitação por **pás misturadoras**, adequado para bebidas de diferentes densidades, garantindo a homogeneização contínua; Sistema de refrigeração por **compressor hermético**, de alto rendimento, baixo consumo de energia e baixo nível de ruído; Controle independente para acionamento da refrigeração e da agitação de cada cuba; Torneiras individuais para cada reservatório, de fácil acionamento e desmontagem para limpeza; Componentes plásticos atóxicos, próprios para contato com alimentos; Marcação visível dos níveis mínimo e máximo de líquido em cada reservatório; Bandeja coletora de resíduos removível; Alimentação elétrica: **220 V**, frequência **60 Hz**; Potência mínima do compressor: **1/6 HP**; Consumo máximo de energia: **0,30 kWh**; Rotação mínima do sistema de agitação: **40 RPM**; Dimensões aproximadas (A x L x P): **685 x 410 x 490 mm**, admitindo-se variação de **±10%**; Equipamento em conformidade com as normas de segurança vigentes e, quando aplicável, certificado pelo **INMETRO**; Manual de instruções em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
12	451454 110727	**FOGÃO INDUSTRIAL 6 (SEIS) BOCAS**, novo, de primeiro uso, destinado ao preparo de alimentos em cozinhas industriais, com as seguintes características técnicas mínimas:	UNID.	01	4.970,22	4.970,22

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		Tipo industrial, de piso; Alimentação a **gás GLP (baixa pressão)**, compatível com botijão P-13 ou central de gás, mediante regulador apropriado; Estrutura confeccionada em **aço carbono**, com acabamento em **pintura eletrostática a pó**, resistente à corrosão; Mesa superior confeccionada em **aço inoxidável AISI 430** ou material de resistência equivalente; Equipado com **06 (seis) queimadores**, sendo: **03 (três) queimadores simples**, com diâmetro mínimo de **100 mm**; **03 (três) queimadores duplos**, com diâmetro mínimo de **140 mm**; Queimadores e grelhas confeccionados em **ferro fundido**, de alta resistência; Grelhas individuais medindo aproximadamente **300 x 300 mm**, admitindo -se variação de **±5%**; Chapa bifeteira integrada, confeccionada em aço carbono ou ferro fundido, com espessura compatível para uso contínuo; Forno integrado com capacidade mínima de **85 litros**, equipado com: Porta com **vidro temperado**, permitindo visualização interna; prateleira removível e regulável; Isolamento térmico; Bandeja coletora de resíduos removível; Pés com regulagem de altura ou sapatas niveladoras; Dimensões aproximadas (A x L x P): **800 x 790 x 880 mm**, admitindo -se variação de **±10%**; Equipamento em conformidade com as normas técnicas da **ABNT** e certificado pelo **INMETRO**, quando aplicável; Manual de instruções em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
13	609362 142030	**FREEZER HORIZONTAL**, novo, de primeiro uso, destinado ao armazenamento e conservação de alimentos congelados e refrigerados, com as seguintes características técnicas mínimas: Tipo horizontal;	UNID.	01	3.256,17	3.256,17

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		02 (duas) portas/tampas superiores independentes; Capacidade bruta mínima de **420 litros**; Gabinete externo confeccionado em **aço com pintura eletrostática na cor branca**, resistente à corrosão; Gabinete interno em aço galvanizado, alumínio ou material de resistência equivalente; Dupla função: **freezer e refrigerador (conservador)**, com seleção por meio de termostato; Sistema de refrigeração por compressor hermético de alta eficiência; Controle de temperatura por **termostato ajustável**; Faixa de temperatura: Modo refrigerador: aproximadamente **0°C a +8°C**; Modo freezer: até, no mínimo, **-18°C**; Sistema de degelo manual com **dreno frontal***, facilitando o escoamento da água; **02 (dois) cestos aramados removíveis**, no mínimo; Rodízios que permitam fácil movimentação do equipamento; Puxadores ergonômicos e resistentes; Vedação das tampas por meio de borracha magnética removível; Alimentação elétrica: **220 V**, frequência **60 Hz**; Dimensões aproximadas (A x L x P): **944 x 1.331 x 690 mm**, admitindo-se variação de ±10%; Peso aproximado de **até 70 kg**, admitindo-se variação de **±15%**; Classificação de eficiência energética compatível com o **Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE/INMETRO)**, quando aplicável; Equipamento certificado pelo **INMETRO**, quando exigido pela legislação; Manual de instruções em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo.				
Imagem meramente ilustrativa. 						

1.3 Valor máximo estimado para este Pregão: R$ 118.306,38 (cento e dezoito mil, trezentos e seis reais e trinta e oito centavos).

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

1.4 Informa-se que este valor é uma estimativa inicial para a fase de lances e disputa deste pregão pelos licitantes.

1.5 As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e poderá haver a elaboração do Termo de Contrato ou a sua substituição por outro instrumento equivalente, similar e legal, da forma prevista na lei nº 14.133/2021.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 O orçamento estimado desta licitação não será de caráter sigiloso.

2.2 A indicação da dotação orçamentária será efetivada apenas na emissão das contratações, que será vinculada à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município, deste exercício.

2.3 Esta licitação ocorrerá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

21.002.08.244.0048.1182
Código Reduzido 53
4.4.90.52.12.00 - Climatizador, Freezer
4.4.90.52.28.00 - Cortador de Frios, Fogão Industrial, Máquina de Gelo
4.4.90.52.34.00 - Carrinho Plataforma, Refresqueira, Cortador de Grama, Roçadeira
4.4.90.52.42.00 - Cadeira Giratória
Fonte 001

2.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

3. DOS ANEXOS

3.1 Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.
ANEXO 02 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA O LICITANTE VENCEDOR.
ANEXO 03 - DECLARAÇÕES CONJUNTAS.
ANEXO 04 - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO.
ANEXO 05 - PARÂMETROS DE FISCALIZAÇÃO.

3.2 Os valores constantes do **ANEXO 01**, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

3.3 O Valor Unitário - R$ - deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do licitante.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR

4.1 Este pregão será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET,** mediante condições de segurança - criptografia - em todas as suas fases através de **pregão eletrônico no Compras.gov.br.**

4.2 A participação neste pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

4.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

4.4 Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: https://portaldeservicos.gestao.gov.br/.

4.5 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras.

4.6 A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

4.7 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.9 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.10 Os trabalhos serão conduzidos preferencialmente por empregado efetivo municipal, denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Compras.gov.br, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos;
b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
c) abrir as propostas de preços;
d) analisar a aceitabilidade das propostas;
e) desclassificar propostas indicando os motivos;
f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
h) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
i) elaborar a ata da sessão;
j) encaminhar o processo à autoridade competente para homologar e autorizar a contratação;
k) declarar o vencedor;
l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

4.11 A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

(www.gov.br/compras) e também todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no país, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

5.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.3 Que não estejam cumprindo as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e Decreto Municipal nº 21.635/2023.

5.4 O proponente precisa estar ciente de todos os documentos de habilitação exigidos, bem como precisa ter ciência das informações e obrigações decorrentes desta licitação.

5.5 Há itens, onde a participação é exclusiva a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.6 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8 É vedada a participação de empresas que:

a) aquele que não atenda às condições deste edital e seu (s) anexo (s);
b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto desta licitação;
c) concordatárias, ou que estejam submetidas a processo de recuperação judicial, salvo neste caso, desde que comprove mediante certidão do juízo da recuperação condições financeiras para atender o objeto da contratação, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
f) empresas estrangeiras que não tenham representação ou filial no País;
g) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
h) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
i) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.
j) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
k) agente público do órgão ou entidade licitante;
l) organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição;

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

5.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

5.10 O impedimento de que trata o item 5.8 "g" será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

5.11 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.8 "c" e 5.8 "e" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

5.12 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.13 O disposto nos itens 5.8 "c" e 5.8 "e" não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

5.14 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

5.15 A vedação de que trata o item 5.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria jurídica.

5.16 Este processo licitatório destina-se exclusivamente a:

a) empresas enquadradas como **microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor (MEI),** nos termos da Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Municipal nº 12.222/2015 e suas alterações.

6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

6.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal;

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

6.5 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência quando indicados no Termo de Referência, para usufruir do benefício.

6.6 O fornecedor enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

6.7 No item exclusivo para participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

6.8 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa.

6.9 A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada, ou por superação dos limites de receita bruta anual, de que trata o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006 não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

6.10 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

a) cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações;

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

6.11 A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 e/ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023, e neste edital.

6.12 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.13 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.14 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.16 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.17 Caberá ao licitante interessado em participar desta licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.18 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 O preenchimento da(s) proposta(s) no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

7.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário do item;
b) marca;
c) fabricante.

7.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

7.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na final, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9 As propostas que ao final da disputa e da negociação estiverem com valores superiores ao máximo fixado no edital (referente ao valor unitário do item/lote) serão desclassificadas.

7.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.12 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

7.13 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

7.14 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Fiscalização competentes, após o devido processo legal.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste edital.

8.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Comissão de Apoio e os licitantes.

8.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

8.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8 Ante a previsão contida no art. 19 da IN n° 73/2022, Acórdão n° 1.625/2021 - TCU-Plenário, visando coibir a oferta de descontos irrisórios por parte de licitantes, prática que prejudicaria a competitividade em certames e, por consequência, a obtenção de melhores propostas, e como não há determinação nas normativas em relação ao valor a ser estabelecido para o intervalo mínimo entre lances, o qual fica submetido ao critério discricionário do órgão contratante, fica definido que:

a) a estipulação do percentual a ser definido no edital está na esfera discricionária do órgão, devendo ser observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, à medida que a legislação não determina o valor que se deve nele inserir;

b) diante disso, poderá ser estabelecido o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,50 (cinquenta centavos)** conforme artigo 57 da Lei Federal n° 14.133/2021.

8.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.15 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio.

8.16 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

8.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.18 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).

8.19 Nessas condições, as propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

8.20 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21 Caso a microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.23 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.24 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.25 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do estado do Paraná;
b) empresas brasileiras;
c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.26 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.28 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

8.29 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.30 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.31 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.32 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

8.33 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.34 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;
b) regularidade referente a punições vigentes aplicadas mediante a apresentação da Certidão Negativa Correicional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);
c) cadastro de restrições ao direito de contratar / exercer cargo em comissão - TCE/PR;
d) cadastro de empresas penalizadas - PMPG/PR.
e) detalhamento das Sanções Vigentes - Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br)

9.2 Poderá o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, a seu critério, promover a juntada das certidões do item 9.1, juntamente com os documentos de habilitação. A não apresentação dos documentos acima não acarretará na inabilitação do licitante.

9.3 A consulta aos cadastros será realizada no CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.4 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Comissão de Apoio diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.7 Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.8 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

9.9 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.10 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Comissão de Apoio verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

9.11 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

9.12 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Comissão de Apoio examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

9.13 Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) contiver vícios insanáveis;
b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
c) que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.14 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, especialmente quando os valores de desconto ofertados forem superiores a 50% (cinquenta por cento), deverá o Pregoeiro/Comissão de Apoio conceder prazo de 24 horas para o licitante demonstrar documentalmente a exequibilidade de sua proposta comercial, tendo em vista a inversão do ônus da prova, conforme Acórdão n° 1.927/2024 do Tribunal Pleno do TCE/PR e conforme Instrução Normativa nº 73/2022, art. 34.

9.15 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.16 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.17 Para fins de julgamento da proposta, será considerada a proposta final enviada pelo licitante. Privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa para o município de Ponta Grossa/PR, o licitante poderá, mediante justificativa, corrigir ou alterar a marca ou modelo do item, com a anuência da Administração Pública. Esta julgará a proposta final do licitante, observando as especificações do item com base no Termo de Referência.

9.18 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

9.19 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9.20 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.21 Por meio de mensagem no sistema, ou através do edital/Termo de Referência constará e será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.22 Os resultados das avaliações serão publicados em Diário Oficial do Município (DOM), juntados ao processo eletrônico e divulgados por meio de anexos no sistema.

9.23 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Comissão indicada no Termo de Referência, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste edital, a proposta do licitante será recusada e o licitante será considerado inabilitado/desclassificado.

9.24 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Comissão de Apoio analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.25 O Pregoeiro/Comissão de Apoio realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

9.26 O Pregoeiro/Comissão de Apoio concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73/2022.

9.27 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.28 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.29 O Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, através de e-mail ou do campo próprio do sistema, no prazo máximo de 24 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

a) o prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio;

b) dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

c) dessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

9.30 Havendo necessidade, o Pregoeiro/Comissão de Apoio suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

9.31 O Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

9.32 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro/Comissão de Apoio verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

10. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO

10.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” inciso I do art. 56 da Lei n° 14.133/2021, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

10.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.6 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.8 Fica a critério do(a) Pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, somente durante a disputa de lances.

10.9 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

10.10 O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

10.11 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

10.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Comissão de Apoio persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.14 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

10.15 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

11. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

11.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) / sociedades cooperativas, melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) que se enquadrem no limite estabelecido, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”;

c) não sendo vencedora a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada, na forma da alínea “a’” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1 Os documentos previstos no Termo de Referência e no edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 A habilitação dos fornecedores não será verificada exclusivamente por meio do SICAF, devendo o licitante apresentar os documentos de habilitação exigidos no item 13, bem como os anexos do edital. Portanto, a apresentação do documento do SICAF não substitui a apresentação dos documentos de habilitação do item 13.

12.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

12.4 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.5 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.6 A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos ou nos documentos exigidos no edital.

12.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.9 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.10 A verificação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.11 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até duas horas, prorrogável por igual período, contado da convocação/solicitação do Pregoeiro/Comissão de Apoio.

12.12 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.13 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.14 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.15 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.16 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.12, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes no prazo mínimo de duas horas para:

a) a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

c) suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

d) suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.17 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.18 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Comissão de Apoio examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.10.

12.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

12.22 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12.23 A condição de pré-existência do documento de habilitação será avaliada, tendo por base a data de abertura da sessão pública do certame quanto ao licitante vencedor, e a data do aceite, após a convocação, quanto aos licitantes remanescentes.

12.24 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de duas horas até cinco dias úteis, a depender da documentação solicitada, sob pena de inabilitação. (Art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67/2021).

12.25 Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

13. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1. Da inserção de documentos

13.1.1. Os licitantes deverão apresentar a situação de regularidade na forma dos artigos 62 a 70, da Lei n° 14.133/2021, sendo os documentos a serem apresentados para cumprimento destas exigências conforme relação abaixo.

13.1.2. Não serão aceitos documentos enviados via e-mail.

13.1.3. Documentos encaminhados e que estejam ilegíveis, impossibilitando a análise por parte do Pregoeiro, poderão sofrer diligência para sanar a dúvida.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

13.1.4. A proposta final e os documentos de habilitação e documentação técnica deverão ser anexados em campo próprio no sistema Compras.Gov no prazo de até 2 (duas) horas, contado da convocação do pregoeiro, preferencialmente em formato PDF. Somente da empresa indicada como vencedora;

13.1.5. Para fins de julgamento da proposta, será considerada a proposta final enviada pelo licitante. Privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa para o município de Ponta Grossa/PR, o licitante poderá, mediante justificativa, corrigir ou alterar a marca ou modelo do item, com a anuência da Administração Pública. Esta julgará a proposta final do licitante, observando as especificações do item com base no Termo de Referência.

13.1.6. Em relação às assinaturas dos documentos exigidos no momento da habilitação, todos deverão estar assinados, podendo ser de forma digital, eletrônica, física ou com firma reconhecida em cartório, pelo representante legal da proponente.

13.1.7. Recomenda-se que preferencialmente sejam no formato digital ou eletrônico.

13.2. Da habilitação jurídica

13.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

13.2.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

13.2.3. Registro comercial, no caso de empresa individual.

13.3. Da habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**) ou prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);

b) prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

b.1) no caso de municípios que mantêm **Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados**, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

c) prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

d) prova de regularidade relativa à **Fazenda Nacional**, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, através da **Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

e) prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943. (Inciso incluído pela Lei nº 12.440/2011);

f) prova de regularidade relativa a Seguridade Social e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativo à sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (Caso seja isento a licitante deverá apresentar declaração informando tal situação ou a declaração narrativa);

13.4. Da Habilitação econômico-financeira

a) certidão negativa de falência expedida pelo Cartório Distribuidor **da sede da licitante**.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

a.1) para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

b) a certidão negativa de falência do Distrito Federal, só será aceita, quando a empresa licitante tiver sua sede naquela unidade federativa.

13.5. Da Habilitação Técnica

a) Atestado, pelo menos um, de atividade pertinente e compatível com o que pretende fornecer, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando que a licitante realiza ou realizou fornecimento com características semelhantes no objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia do contrato de fornecimento, empenho ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

13.6. Participação de empresas em consórcio

13.6.1. Pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, além dos documentos exigidos acima, devem ser apresentados os seguintes:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

13.7. Das Declarações

13.7.1. As declarações deverão ser assinadas, podendo ser de forma digital, eletrônica ou física pelo representante legal da proponente, **com timbre e identificação da empresa e com data**:

a) declaração conjunta. (**ANEXO 03**)

13.7.2. Poderão ser utilizados os modelos das declarações nos anexos do edital.

13.7.3. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

13.7.4. Em se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) / sociedades cooperativas, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.

13.7.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do artigo 43 da Lei nº 147/2014.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

13.7.6. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.7.7. É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

13.7.8. As declarações falsas relativas ao cumprimento de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), sujeitarão o licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das sanções cíveis e criminais.

13.7.9. Na falta de validade expressa nas Certidões Negativas, ter-se-ão como válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

14. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO

14.1. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

14.2. Não serão aceitos documentos para habilitação enviados via Correios ou via e-mail.

14.3. A empresa vencedora do item deverá fornecer documentos complementares informativos, manual, catálogo, ficha técnica ou qualquer outro documento idôneo ofertado em língua portuguesa que demonstre que as especificações técnicas e instruções de uso do produto.

14.4. Documentos técnicos e amostras, solicitados no Termo de referência, serão analisados pela Comissão Técnica.

14.5. Após a emissão do empenho ou Termo de Contrato a empresa será convocada para entrega do objeto.

14.6. Em se tratando de compras, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias da efetiva entrega do objeto, pelo fiscal do Termo de Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.7. Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 10 (dez) dias da efetiva entrega do objeto.

14.8. Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução.

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

14.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.10. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante relatório de fiscalização.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

a) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo de Contrato.

14.12. Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

14.13. Caso haja problemas na inserção dos documentos a empresa deverá entrar em contato com o suporte do sistema eletrônico, para saná-los, por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: https://portaldeservicos.gestao.gov.br/.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados via sistema eletrônico – chat – para acompanhar a sessão reaberta.

16. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

16.1 Até três dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório, e deverão ser encaminhados via e-mail informado no edital.

16.2 Caberá ao Pregoeiro encaminhar a petição sobre esclarecimentos e impugnações, apoiado pelo setor técnico responsável ou pela Procuradoria Jurídica, conforme o caso.

16.3 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e/ou e-mail).

16.4 Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro e divulgados em sítio eletrônico oficial do munícipio (Portal da Transparência) no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme art. 164, par. único da Lei nº 14.133/2021 e art. 81 do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

16.5 Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.6 Quaisquer pessoas são partes legítimas, inclusive os interessados em participar da licitação, poderão impugnar os termos do presente edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 em até 03 (três) dias úteis, antes da realização do certame, devendo se manifestar via e-mail, cabendo ao Pregoeiro encaminhar o pedido aos responsáveis para análise e decisão sobre a impugnação.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

16.7 A resposta à impugnação será divulgada no sítio eletrônico oficial do município e/ou no Portal da Transparência, no Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.8 As impugnações poderão suspender os prazos previstos no certame.

16.9 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.10 A petição pleiteando a impugnação deverá ser direcionada ao Pregoeiro, e deverá conter a qualificação do impugnante, a matéria impugnada, os fundamentos da impugnação e o pedido.

16.11 A petição apresentada fora do prazo, e/ou sem um dos requisitos acima especificados, poderá não ser conhecida.

16.12 Acolhida a petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

17. DOS RECURSOS

17.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 O prazo recursal é de três dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção em campo próprio de sistema, que será incluído no processo da licitação, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
d) os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de três dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de três dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, que se encontra definida no Decreto Municipal nº 21.500/2023, em seu art. 16, inciso VIII.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

17.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: Portal da Transparência.

17.11 A falta de manifestação no prazo estabelecido em edital, autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

17.12 A manifestação deve especificar o fato que justifica a alegação de inexequibilidade da proposta, de não atendimento de requisito de habilitação, ou de outra causa que impõe a revisão do ato que declarou o vencedor do certame.

17.13 Os recursos deverão conter a qualificação do recorrente, a decisão recorrida, as razões do recurso, o pedido de nova decisão e já deverão ser instruídos com todos os documentos que o recorrente achar pertinente para a comprovação das suas alegações.

17.14 O recurso somente terá eficácia se o representante legal da recorrente tiver formalizado sua intenção de recorrer na audiência de abertura deste pregão.

17.15 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

17.16 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital se excluirá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.17 A decisão final proveniente das impugnações e recursos serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas, Portal da Transparência juntamente com o parecer jurídico, sendo que deste ato não caberá recurso.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1. O objeto da licitação será adjudicado / homologado pela autoridade competente, nos termos do art. 7º do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;
b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
c) impedimento de licitar e contratar; e
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.2. Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

19.3. Multa compensatória

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

19.4. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida, porém não restar frustrado o certame;
b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.5. De 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

a) para aquele que deixar de entregar a documentação exigida, e em razão disso restar frustrado o certame;
b) para aquele que não mantiver a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
c) em caso de recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, o Termo de Contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido;
d) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

19.6. De 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato;

19.7. De 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
g) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
h) dar causa à inexecução total do objeto do Termo de Contrato.

19.8. Multa moratória:
Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta por cento) do valor contratado. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade;
b) descontado do valor da garantia prestada;
c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis;
d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

Em caso de não cumprimento da obrigação de pagamento, por parte da Administração Pública Municipal, nas datas estabelecidas no art. 87 do Decreto Municipal nº 21.500/2023 ou edital, caberá a atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado entre o termo final para adimplemento e a data do efetivo pagamento.

19.9. Impedimento de licitar e contratar
Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

19.10. Impedimento pelo período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, porém não restar frustrado o certame;
b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

19.11. Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

a) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

19.12. Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, e em razão disso restar frustrado o certame;
b) não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
c) não celebrar o Termo de Contrato, não assinar a ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

19.13. Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução total do Termo de Contrato.

19.14. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

19.15. Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 o contratado está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mesmo.

19.16. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto 21.635/2023, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

19.17. Entende-se como tratativas o esforço desprendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

20. DO TERMO DE CONTRATO

20.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

20.2. O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

20.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) disponibilizar acesso a um sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até cinco dias;

b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de cinco dias para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

20.4. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

a) a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste edital;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

20.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Pregoeiro informará nova data e horário, via sistema, desde que não haja comunicação em contrário.

21.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.10. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.Gov (Catmat/Catserv) e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

21.11. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial da Prefeitura de Ponta Grossa/PR - Portal da Transparência.

21.12. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.13. É facultado ao Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.14. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.16. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

21.17. A Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa/PR poderá:

a) anular a Licitação se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

b) revogar a presente licitação, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

21.18. A contratada não terá direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade.

21.19. A presente licitação poderá ser revogada, a critério da Administração, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

21.20. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Ponta Grossa/PR.

21.21. Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 124, seus parágrafos e incisos da Lei nº 14.133/2021.

21.22. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "**prática de colusão**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

21.23. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

21.24. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Ponta Grossa/PR, 02 de setembro de 2026.

Assinado por:
Tatyana Denise Belo
02/09/2026 - 13:02
DLW7NCVITTU6DMDG0SL6SQ

TATYANA DENISE BELO
Presidente da Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

ANEXO 01
TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO

ÓRGÃO GERENCIADOR

Órgão: **FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA**
CNPJ**: 07.865.433/0001-59**
Endereço**: Travessa Pasteur, 50 Centro- CEP: 84.010-540. Ponta Grossa- PR**
SEI073145/2026

Departamento de Proteção Social Básica
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente visando dar cumprimentos as emendas impositivas:
• Emenda Impositiva nº 283/2026, de autoria do Vereador Dr. Erick (registrada no Sistema de Gerenciamento de Emendas Impositivas da CGM, em atendimento ao art. 114-A da Lei Orgânica Municipal, à LOA 2025 – Lei Municipal nº 15.279/2024, bem como à Lei Municipal nº 14.370/2022;

• Emenda Impositiva nº 105/2026, de autoria do Vereador Mauricio Silva (registrada no Sistema de Gerenciamento de Emendas Impositivas da CGM, registrada no Sistema de Gerenciamento das Emendas Impositivas da CGM, em atendimento ao art. 114-A da Lei Orgânica Municipal, à LOA 2025 – Lei Municipal nº 15.279/2024, bem como à Lei Municipal nº 14.370/2022.

Os Planos de Trabalho apresentado pela entidade beneficiária visa à aquisição de materiais permanentes para o fortalecimento e execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), voltado ao atendimento de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. Conforme a legislação aplicável, a liberação dos recursos está condicionada a que o plano de trabalho guarde estrita compatibilidade com as políticas aprovadas no plano anual, ou que seja comprovadamente destinado à melhoria e ampliação dos serviços já prestados pela unidade referenciada.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII 'a' 'i' Lei 14.133/2021)

1.1. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE para cumprimento das emendas impositivas nº 283 e nº 105/2026, destinadas à entidade **ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO E MARCOS CAVANIS**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT/ ELOTECH	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)
01	258652 142022	**MÁQUINA E EQUIPAMENTO AGRÍCOLA E RODOVIÁRIO, TIPO CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO (ZERO TURN)**, novo, de primeiro uso, destinado à manutenção de gramados e áreas verdes, com as seguintes características técnicas mínimas: • Equipamento autopropelido, tipo Giro Zero (Zero Turn), com acionamento hidrostático nas rodas motrizes; • Motor a gasolina, 4 tempos, bicilíndrico, refrigerado a ar ou tecnologia equivalente, com potência mínima de 22 HP e cilindrada mínima de 700 cm³; • Sistema de partida elétrica; • Plataforma de corte com largura mínima de 122 cm (48 polegadas); • Plataforma de corte confeccionada em aço soldado de alta resistência, com espessura compatível para uso profissional; • Sistema de corte com, no mínimo, 03 (três) lâminas, permitindo as funções de:	UNID.	01	33.199,33	33.199,33

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		descarga lateral; trituração (mulching), mediante kit ou sistema compatível; coleta, mediante coletor ou kit compatível quando disponível para o modelo ofertado; • Regulagem da altura de corte entre 38 mm e 102 mm, no mínimo; • Transmissão hidrostática independente nas rodas motrizes, permitindo giro com raio reduzido ou nulo (Zero Turn); • Velocidade máxima de deslocamento à frente de, no mínimo, 10 km/h; • Tanque de combustível com capacidade mínima de 13 litros; • Assento ergonômico, com encosto alto e ajuste de posição; • Painel de comandos de fácil operação, contendo, no mínimo, indicadores de funcionamento e acionamento dos principais comandos do equipamento; • Faróis dianteiros em LED ou tecnologia equivalente; • Plataforma de apoio para os pés removível ou basculante, facilitando a limpeza e manutenção da plataforma de corte; • Sistema automático de freio de estacionamento ou dispositivo equivalente; • Mandris (spindles) da plataforma de corte confeccionados em ferro fundido, aço de alta resistência ou material de desempenho equivalente, aptos ao uso profissional; • Rodas pneumáticas apropriadas ao porte do equipamento; • Peso operacional aproximado entre 250 kg e 320 kg; • Equipamento fornecido completo, com todos os acessórios indispensáveis ao pleno funcionamento. **Requisitos de segurança** • O equipamento deverá: • atender às disposições da **Norma Regulamentadora nº 12 (NR -12)**, no que couber; • possuir dispositivos de segurança que impeçam o acionamento involuntário das lâminas; • possuir proteção das partes móveis; • possuir chave geral de ignição; • possuir sistema de desligamento do conjunto de corte conforme especificação do fabricante; • possuir dispositivos de segurança para operação conforme normas técnicas aplicáveis. • Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada do recebimento definitivo do equipamento, compreendendo assistência técnica, mão de obra, peças e componentes necessários ao perfeito funcionamento.				

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

Imagem meramente ilustrativa. 						
02	482183 142023	**MÁQUINA E EQUIPAMENTO AGRÍCOLA E RODOVIÁRIO, TIPO ROÇADEIRA LATERAL PROFISSIONAL**, nova, de primeiro uso, destinada à roçada de gramados, vegetação rasteira, capoeiras leves, margens de vias, parques, jardins e demais áreas verdes, com as seguintes características técnicas mínimas: Motor a combustão, ciclo de 02 tempos ou tecnologia equivalente, refrigerado a ar; Cilindrada mínima de 35 cm³; Potência líquida mínima de 1,5 kW (2,0 HP); Sistema de partida manual retrátil; Peso máximo de 8,5 kg, sem combustível e sem o conjunto de corte; Diâmetro mínimo de corte de 420 mm, utilizando cabeçote de fio de nylon ou conjunto equivalente; Sistema de transmissão por eixo rígido; Guidão tipo bicicleta ou equivalente ergonômico, com empunhaduras anatômicas; Sistema antivibração destinado a reduzir a transmissão de vibrações ao operador; Acelerador com trava de segurança e acionamento ergonômico; Interruptor para desligamento rápido do motor; Tanque de combustível com capacidade compatível com a potência do equipamento, proporcionando autonomia adequada às atividades de campo; Conjunto de corte compatível com: cabeçote de fio de nylon; e lâmina metálica para vegetação densa; Protetor do conjunto de corte conforme normas de segurança aplicáveis; Cinto de sustentação tipo duplo ou sistema ergonômico equivalente; Equipamento fornecido completo, acompanhado de: cabeçote de fio de nylon; lâmina metálica; kit básico de ferramentas para montagem e manutenção; recipiente dosador de combustível (quando aplicável);	UNID.	02	2.013,88	4.027,76

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada do recebimento definitivo do equipamento, abrangendo mão de obra, peças e componentes necessários ao perfeito funcionamento. **Segurança** - O equipamento deverá atender às normas técnicas aplicáveis e possuir, no mínimo: • sistema de proteção do conjunto de corte; • trava de segurança do acelerador; • sistema de parada do motor de fácil acionamento; • dispositivos de segurança previstos pelo fabricante e compatíveis com a **NR-12**, quando aplicável.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
03	473227 142025	**MÁQUINA DE GELO EM CUBOS**, nova, de primeiro uso, destinada ao uso comercial ou institucional, com as seguintes características técnicas mínimas: Capacidade mínima de produção de 65 kg de gelo em cubos por 24 (vinte e quatro) horas, em condições normais de operação recomendadas pelo fabricante; A capacidade de produção deverá ser informada pelo fabricante em condições normais de operação (temperatura ambiente e temperatura da água), conforme especificação técnica do equipamento. Sistema automático de fabricação de gelo em cubos; Reservatório integrado para armazenamento de gelo, com capacidade mínima de 20 kg ou compatível com a capacidade de produção do equipamento; Alimentação elétrica em 220 V, admitindo-se equipamento bivolt quando disponível pelo fabricante; Sistema de refrigeração por ar ou água, conforme projeto do fabricante; Gabinete externo confeccionado em aço inoxidável AISI 430 ou superior, ou material de resistência mecânica e à corrosão equivalente; Estrutura interna e componentes em materiais próprios para contato com	UNID.	01	11.880,70	11.880,70

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		alimentos, atóxicos e resistentes à corrosão; Isolamento térmico de alta eficiência; Controle automático de produção, com interrupção do ciclo quando o reservatório atingir sua capacidade máxima; Indicadores luminosos ou sistema equivalente para, no mínimo: equipamento em funcionamento; falta de água, quando aplicável; reservatório cheio; Pés reguláveis ou sistema equivalente para nivelamento; Baixo nível de ruído compatível com ambientes internos; Eficiência energética compatível com a categoria do equipamento; Equipamento fornecido com todos os acessórios necessários para instalação e funcionamento, incluindo mangueiras, conexões e acessórios originalmente fornecidos pelo fabricante; Manual de operação e manutenção em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
04	483274 137195	**CADEIRA GIRATÓRIA ANATÔMICA PRESIDENTE**, com apoio: Cadeira giratória tipo presidente, nova, de primeiro uso, com assento e encosto anatômicos, estofados em espuma injetada de alta densidade, revestimento em tecido ou material sintético de alta resistência, apoio de cabeça integrado ou compatível com o encosto, apoio para os braços com regulagem de altura, mecanismo de reclinação do encosto com trava em múltiplas posições e ajuste de tensão, regulagem de altura do assento por meio de pistão a gás, base giratória com cinco hastes confeccionada em aço ou nylon de alta resistência, equipada com rodízios duplos apropriados para pisos frios ou carpetes, capacidade mínima de carga de 120 kg, design ergonômico em conformidade com os requisitos da NR -17 (Ergonomia) e demais normas técnicas aplicáveis. O	UNID.	10	2.992,28	29.922,80

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		equipamento deverá ser fornecido completo, montado ou acompanhado de manual de montagem em português, com garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
05	134096 462426	**VENTILADOR INDUSTRIAL DE PAREDE, NOVO, DE PRIMEIRO USO**, com diâmetro mínimo de 100 cm, destinado à ventilação de ambientes internos de grande porte. Equipado com hélice metálica de alta resistência, grade de proteção em aço conforme normas de segurança, motor de alto desempenho para uso contínuo, com no mínimo 3 velocidades, sistema de oscilação horizontal acionável, regulagem de inclinação vertical, baixo nível de ruído compatível com a categoria do equipamento, alimentação elétrica em 220 V ou bivolt (conforme disponibilidade do fabricante), pintura anticorrosiva, fixação em parede por suporte reforçado e capacidade de ventilação compatível com o diâmetro da hélice. O equipamento deverá ser fornecido completo, acompanhado dos acessórios necessários para instalação, manual de instruções em português e garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação.	UNID.	10	1.049,81	10.498,10
Imagem meramente ilustrativa. 						
06	606509 142026	**CAFETEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL**, nova, de primeiro uso, modelo tradicional, com capacidade mínima de 8 litros, destinada ao preparo e conservação de café. Equipamento confeccionado em aço inoxidável, com corpo e reservatório de alta resistência à corrosão, sistema de aquecimento elétrico com termostato para manutenção da temperatura, torneira com	UNID.	01	1.041,68	1.041,68

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		acionamento seguro para servir a bebida, tampa com fechamento adequado, alças laterais para manuseio, indicador de nível, resistência de alto desempenho, alimentação elétrica em 110 V ou 220 V, potência mínima de 1.300 W ou compatível com a capacidade do equipamento, base com pés antiderrapantes e componentes adequados para uso contínuo. O equipamento deverá ser fornecido completo, pronto para uso, acompanhado de manual de instruções em português e garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
07	424374 142027	**PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL**, nova, de primeiro uso, com capacidade mínima de 25 litros, confeccionada em alumínio, destinada ao preparo de alimentos em cozinhas institucionais e industriais. Equipada com tampa de fechamento seguro por travas de alta resistência, sistema de vedação com anel de silicone ou material equivalente, válvula de controle de pressão, válvula de segurança e dispositivo de alívio de pressão, cabos e alças confeccionados em material resistente ao calor, fundo reforçado compatível com fogões industriais a gás, acabamento de alta resistência à corrosão e de fácil higienização, atendendo às normas técnicas aplicáveis. O equipamento deverá ser fornecido completo, pronto para uso, acompanhado de manual de instruções em português e garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, quando aplicável.	UNID.	02	1.124,89	2.249,78
Imagem meramente ilustrativa. 						

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

08	637254 121716	**CLIMATIZADOR DE AR QUENTE E FRIO**, novo, com as seguintes características técnicas mínimas: Alimentação elétrica: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Cor: branco, preto ou combinação dessas cores; Tipo: climatizador de piso (chão), portátil; Funções mínimas: ventilação, climatização, aquecimento e oscilação de ar; Material: estrutura confeccionada em plástico de alta resistência e componentes eletrônicos, com acabamento de boa qualidade; Controle de velocidade: mínimo de 03 (três) velocidades, sendo baixa, média e alta; Direcionamento do fluxo de ar: inclinação vertical ajustável, com oscilação horizontal automática ou manual; Potência mínima: 1.000 W (na função aquecimento); Reservatório de água compatível com o funcionamento do equipamento; Dimensões aproximadas (A x L x P): 60 cm x 25 cm x 30 cm, admitindo -se variação de ±10%; Peso aproximado: até 6 kg, admitindo -se variação de ±20%; Controle remoto sem fio, com pilhas inclusas; Manual de instruções em língua portuguesa; Cabo de alimentação compatível com o padrão brasileiro de tomadas (ABNT NBR 14136); Certificação de conformidade emitida pelo INMETRO, quando aplicável; Baixo nível de ruído (máximo de **65 dB**, quando aplicável); Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo do equipamento.	UNID.	02	735,87	1.471,74
Imagem meramente ilustrativa. 						
09	121713 474330	**CARRINHO PLATAFORMA PARA TRANSPORTE DE CARGAS**, novo, com	UNID.	06	1.328,87	7.973,22

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		as seguintes características técnicas mínimas: Estrutura confeccionada em **aço carbono de alta resistência**, composta por perfis tubulares e vigas estruturais, proporcionando elevada robustez e durabilidade; Plataforma (assoalho) fabricada em **chapa de aço**, reforçada com perfis estruturais, adequada para transporte de cargas pesadas; Acabamento em **pintura eletrostática a pó (epóxi ou poliéster)**, com tratamento anticorrosivo; Dimensões aproximadas da plataforma (**comprimento x largura): 1.500 x 800 mm**, admitindo -se variação de **±5%**; Sistema de direção do tipo **quinta roda (eixo giratório dianteiro)**, permitindo maior manobrabilidade; Equipado com **04 (quatro) rodas pneumáticas**, medidas **350 x 8**, ou equivalente técnico, montadas em aro de aço estampado, com pneus de, no mínimo, **04 lonas**, sendo: 02 rodas fixas traseiras; 02 rodas direcionais dianteiras acopladas ao sistema de quinta roda; Capacidade mínima de carga: **800 kg distribuídos uniformemente**; Barra de tração (puxador) em aço, resistente e ergonomicamente dimensionada para movimentação manual; Soldas contínuas e acabamento isento de rebarbas ou arestas cortantes; Produto entregue montado ou acompanhado de todos os componentes necessários para montagem, bem como manual de instruções em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada do recebimento definitivo.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
10	445207 142028	**CORTADOR DE FRIOS SEMI - AUTOMÁTICO**, novo, de primeiro uso, destinado ao fatiamento de embutidos, queijos e produtos similares, com as seguintes características técnicas mínimas: Equipamento de bancada, de uso profissional;	UNID.	01	4.765,32	4.765,32

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		Estrutura confeccionada em **alumínio anodizado**, aço inoxidável ou material de resistência equivalente, adequado para contato com alimentos; Sistema de corte semiautomático; Produção mínima de **40 (quarenta) fatias por minuto**; Lâmina circular em aço inoxidável temperado, com diâmetro mínimo de **220 mm**; Regulagem da espessura do corte; Afiador de lâmina integrado ou removível; Proteção de segurança para a lâmina, em conformidade com as normas de segurança vigentes; Carro deslizante com movimento suave e dispositivo para fixação do alimento; Dimensões aproximadas (C x L x A): **470 x 410 x 385 mm**, admitindo -se variação de **±10%**; Peso aproximado: **17,6 kg**, admitindo-se variação de **±15%**; Alimentação elétrica: **127 V ou 220 V**, conforme necessidade da Administração; Frequência: **50/60 Hz**; Potência mínima do motor: **0,20 CV** (aproximadamente 150 W); Chave liga/desliga de fácil acionamento; Base com pés antiderrapantes; Equipamento em conformidade com as normas de segurança e, quando aplicável, certificado pelo **INMETRO**; Manual de instruções em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo. O cortador de frios deverá atender às disposições da Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12), especialmente quanto aos dispositivos de segurança destinados à proteção do operador, tais como proteção da lâmina, sistema de acionamento e demais dispositivos de segurança aplicáveis ao equipamento.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
11	295556 142029	**REFRESQUEIRA INDUSTRIAL**, nova, de primeiro uso, destinada ao resfriamento e distribuição de bebidas, com as seguintes características técnicas mínimas: Equipamento de bancada;	UNID.	01	3.049,56	3.049,56

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		Gabinete confeccionado em **aço inoxidável** ou material de resistência equivalente, com acabamento anticorrosivo; **02 (duas) cubas transparentes**, removíveis para higienização, com capacidade mínima de **16 litros cada**, totalizando **32 litros**; Reservatórios confeccionados em policarbonato ou material atóxico de alta resistência, próprio para contato com alimentos; Sistema de agitação por **pás misturadoras**, adequado para bebidas de diferentes densidades, garantindo a homogeneização contínua; Sistema de refrigeração por **compressor hermético**, de alto rendimento, baixo consumo de energia e baixo nível de ruído; Controle independente para acionamento da refrigeração e da agitação de cada cuba; Torneiras individuais para cada reservatório, de fácil acionamento e desmontagem para limpeza; Componentes plásticos atóxicos, próprios para contato com alimentos; Marcação visível dos níveis mínimo e máximo de líquido em cada reservatório; Bandeja coletora de resíduos removível; Alimentação elétrica: **220 V**, frequência **60 Hz**; Potência mínima do compressor: **1/6 HP**; Consumo máximo de energia: **0,30 kWh**; Rotação mínima do sistema de agitação: **40 RPM**; Dimensões aproximadas (A x L x P): **685 x 410 x 490 mm**, admitindo-se variação de **±10%**; Equipamento em conformidade com as normas de segurança vigentes e, quando aplicável, certificado pelo **INMETRO**; Manual de instruções em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
12	451454 110727	**FOGÃO INDUSTRIAL 6 (SEIS) BOCAS**, novo, de primeiro uso, destinado ao preparo de alimentos em cozinhas	UNID.	01	4.970,22	4.970,22

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		industriais, com as seguintes características técnicas mínimas: Tipo industrial, de piso; Alimentação a **gás GLP (baixa pressão)**, compatível com botijão P-13 ou central de gás, mediante regulador apropriado; Estrutura confeccionada em **aço carbono**, com acabamento em **pintura eletrostática a pó**, resistente à corrosão; Mesa superior confeccionada em **aço inoxidável AISI 430** ou material de resistência equivalente; Equipado com **06 (seis) queimadores**, sendo: **03 (três) queimadores simples**, com diâmetro mínimo de **100 mm**; **03 (três) queimadores duplos**, com diâmetro mínimo de **140 mm**; Queimadores e grelhas confeccionados em **ferro fundido**, de alta resistência; Grelhas individuais medindo aproximadamente **300 x 300 mm**, admitindo -se variação de **±5%**; Chapa bifeteira integrada, confeccionada em aço carbono ou ferro fundido, com espessura compatível para uso contínuo; Forno integrado com capacidade mínima de **85 litros**, equipado com: Porta com **vidro temperado**, permitindo visualização interna; prateleira removível e regulável; Isolamento térmico; Bandeja coletora de resíduos removível; Pés com regulagem de altura ou sapatas niveladoras; Dimensões aproximadas (A x L x P): **800 x 790 x 880 mm**, admitindo -se variação de **±10%**; Equipamento em conformidade com as normas técnicas da **ABNT** e certificado pelo **INMETRO**, quando aplicável; Manual de instruções em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
13	609362 142030	**FREEZER HORIZONTAL**, novo, de primeiro uso, destinado ao armazenamento e conservação de alimentos congelados e refrigerados,	UNID.	01	3.256,17	3.256,17

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

		com as seguintes características técnicas mínimas: Tipo horizontal; **02 (duas) portas/tampas superiores independentes;** Capacidade bruta mínima de **420 litros**; Gabinete externo confeccionado em **aço com pintura eletrostática na cor branca**, resistente à corrosão; Gabinete interno em aço galvanizado, alumínio ou material de resistência equivalente; Dupla função: **freezer e refrigerador (conservador)**, com seleção por meio de termostato; Sistema de refrigeração por compressor hermético de alta eficiência; Controle de temperatura por **termostato ajustável**; Faixa de temperatura: Modo refrigerador: aproximadamente **0°C a +8°C**; Modo freezer: até, no mínimo, **-18°C**; Sistema de degelo manual com **dreno frontal***, facilitando o escoamento da água; **02 (dois) cestos aramados removíveis**, no mínimo; Rodízios que permitam fácil movimentação do equipamento; Puxadores ergonômicos e resistentes; Vedação das tampas por meio de borracha magnética removível; Alimentação elétrica: **220 V**, frequência **60 Hz**; Dimensões aproximadas (A x L x P): **944 x 1.331 x 690 mm**, admitindo-se variação de ±10%; Peso aproximado de **até 70 kg**, admitindo-se variação de **±15%**; Classificação de eficiência energética compatível com o **Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE/INMETRO)**, quando aplicável; Equipamento certificado pelo **INMETRO**, quando exigido pela legislação; Manual de instruções em língua portuguesa; Garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada da data do recebimento definitivo.				
Imagem meramente ilustrativa. 						
					VALOR MÁXIMO ESTIMADO	**R$ 118.306,38**

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

1.1.1. Especificações:
1.1.2. Detalhes dos itens estão na tabela de definição do objeto;
1.1.3. Os produtos deverão estar em suas respectivas embalagens originais, com a indicação da marca e demais características que possibilitem a correta identificação do material;
1.1.4. Deverá ser fornecido material/equipamento com certificação do INMETRO para todos os itens que possuírem certificação compulsória para comercialização já vigentes, ou iniciar a vigência dentro do prazo de 12 (doze) meses subsequentes à data de apresentação das propostas.
1.1.5. Garantia mínima de fábrica de 12 meses;
1.1.6. Assistência técnica preferencialmente no Estado do Paraná.

1.1.7. Natureza da contratação
Os serviços desta contratação se enquadram na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, de acordo com a Lei Federal 14133/2021 e Decreto Municipal 21500/2023.

A contratação objetiva, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

2. VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses e terá sua eficácia após a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei 14133/2021, permanecendo suas condições até o final da garantia contratual do bem.

2.2. O prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogado, em caso de necessidade justificada, a critério da administração, se mantida a vantajosidade e com anuência da empresa contratada na forma da lei Federal 14133/2021 e Decreto Municipal 21500/2021.

2.3. A execução se dará a partir do recebimento, pela empresa, da Ordem de Execução dos Serviços, podendo ser prorrogada justificativamente, com a anuência da Contratante.

2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas.

3. PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇO

3.1. A pesquisa de preço foi realizada de acordo com o artigo 23 e seguintes da Lei 14.133/2021 e art. 22 e seguintes do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

3.2. MAPA DE PREÇOS

Desta forma, segue a metodologia utilizada e as fontes de pesquisa: Conforme Manual de orientação de pesquisa de preços do Superior Tribunal de Justiça, utilizou-se como metodologia o coeficiente de variação, que fornece a oscilação dos dados obtidos em relação à média, sendo um dos parâmetros passíveis de serem utilizados para definir quando utilizar a média ou a mediana. Se o coeficiente de variação apresentar percentual igual ou inferior a 25%, sendo nesse caso indicada a média como critério de definição do valor de mercado. Se superior a 25%, o coeficiente indica a presença de valores extremos afetando a média, situação em que se recomenda o uso da mediana como critério de definição do preço médio.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

Fontes:

- Equipafacil Centro de Distribuição – CNPJ 43.095.381/0001-42 – Rua Barra Velha, 217 – CEP 88.337-455;
- Gelo Paraná Equipamentos LTDA – CNPJ 63.314.192/0001-20 – Rua Paraguai, 294 – CEP 82.510-090;
- MadeiraMadeira Comercio Eletronico S/A – CNPJ 10.490.181/0001-35 – Rua Marechal Deodoro, 717 – CEP 80.020-320;
- Logomov LTDA – CNPJ 44.333.497/0001-,35 – Rua dos Aerosois, 179 – CEP 13.280-000;
- Cia do Vento Solução em Ventilação – CNPJ 11.643.118/0001-54 – Av. Sapopemba,436 – CEP 03.345-000;
- Olim Agro Cereais LTDA – CNPJ 03.451.117/0005-03 – Rua Gov. Celso Ramos, 546 – CEP 88.950-000;
- Movata Moto Serras e Equipamentos LTDA – CNPJ 76.272.483/0001-45 – Av. Manoel Ribas,1091 – CEP 84.600-000;
- Imperio dos Equipamentos Comercio de Maquinas para Padarias e Restaurantes LTDA – CNPJ 08.361.660/0001-00 – Av. Celso Garcia, 1062 – CEP 03.014-000;
- Frigelar Comercio e Industria LTDA - CNPJ 92.660.406/0070-40 – Rua Joaquim Nabuco,59 – CEP 84.026-080;

* Rei da Hotelaria - CNPJ 07.518.770/0001-70 – Av. Rodrigues Alves, 1158 – CEP 17.015-002;

-Banco de Preços;

-Internet

Assinado por:
MARCIO JORGE DOS SANTOS
28/07/2026 - 12:09
DDUTJU9DTUKGIKZVON1V7W

Marcio Jorge dos Santos
Matrícula 24988

Pesquisa pormenorizada através do SEI073145/2026 mov. 7768918.
https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=protocolo_pesquisa_r%20apida&id_protocolo=8418312&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110001452&infra_hash=efc0fe57603485%20a92da5195599854b174af05fc2f9e9faef97820936e4138693

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. Após a pesquisa de preços analisados de forma crítica, atendendo ao art. 23 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, chegou-se aos valores unitários dos itens. O cálculo se deu pela média, conforme mapa de preços.

Valor global: **R$ 118.306,38** (cento e dezoito mil, trezentos e seis reais e trinta e oito centavos).

4.2. Informa-se que este valor é uma estimativa inicial para a abertura dos lances, na fase de disputa do certame.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII 'b' Lei 14.133/2021)

5.1. A contratação dos equipamentos solicitados justifica-se pela necessidade de garantir melhores condições de funcionamento da entidade socioassistencial, a aquisição contribuirá para a melhoria da infraestrutura institucional, permitindo maior eficiência na execução das ações do SCFV, favorecendo o desenvolvimento de oficinas, atividades coletivas, ações de convivência, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como o atendimento diário das crianças e adolescentes acompanhados pela entidade. Além disso, a modernização e adequação dos equipamentos proporcionarão maior segurança, conforto, economicidade e eficiência na prestação dos serviços, reduzindo custos com manutenção de equipamentos obsoletos, melhorando as condições de trabalho das equipes e qualificando o atendimento ofertado aos usuários da política pública de assistência social. A presente demanda encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, da economicidade, da continuidade dos serviços públicos e da boa gestão dos recursos públicos, previstos na Lei nº 14.133/2021, constituindo medida necessária para assegurar a correta aplicação dos recursos da Emenda Impositiva nº 283/2026 e o fortalecimento das ações socioassistenciais desenvolvidas pela Associação Antônio e Marcos Cavanis em benefício da comunidade atendida.

A aquisição de bens permanentes visa fortalecer a infraestrutura física e operacional da Associação Antônio e Marcos Cavanis – Casa da Criança e do Adolescente, proporcionando melhores condições

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

para a execução das atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Os equipamentos a serem adquiridos são compatíveis com a demanda de atendimento da entidade e destinados a garantir maior eficiência, durabilidade, segurança e funcionalidade no desempenho das atividades institucionais. Os itens serão utilizados no suporte às rotinas diárias da instituição, contribuindo para a organização e o transporte de materiais, o preparo, armazenamento e distribuição de alimentos, bem como para a melhoria do conforto térmico dos ambientes utilizados pelos usuários e equipes. A aquisição de equipamentos de padrão industrial justifica-se pelo elevado volume de atendimento realizado pela entidade, o que exige bens com maior capacidade operacional, resistência ao uso contínuo e adequação às normas técnicas e sanitárias aplicáveis. Dessa forma, a iniciativa contribuirá para a otimização dos processos internos, a qualificação dos serviços ofertados e a melhoria das condições de atendimento aos usuários. A presente aquisição será realizada com recursos oriundos da Emenda Impositiva Municipal nº 105/2026 e 283/2026.

6. SOLUÇÃO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’ da Lei 14.133/2021)

6.1. A solução encontrada foi a contratação de empresa no fornecimento do objeto, através de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de menor preço unitário, tendo em vista se tratar de recurso destinado exclusivamente para atender as emendas impositivas em material permanente.

Com foco na mitigação de riscos na instalação, responsabilização do fornecedor e prevenção de alegações futuras quanto a avarias ou divergências entre o material entregue e o efetivamente montado, é que a opção pela contratação integrada do fornecimento com a montagem se fundamenta. Necessidade de garantir que os equipamentos sejam entregues conforme as especificações técnicas do fabricante, por profissionais capacitados e sob responsabilidade exclusiva do fornecedor contratado, reduzindo riscos de falhas na instalação, mau funcionamento, danos estruturais ou comprometimento da durabilidade dos bens.

Tal medida visa, ainda, evitar divergências entre o material entregue e o material efetivamente montado, bem como alegações futuras de avarias, extravios ou descaracterização dos bens durante o processo de montagem, uma vez que a responsabilidade pelo transporte, manuseio, instalação e perfeito funcionamento permanecerá integralmente atribuída ao fornecedor até o recebimento definitivo.

A definição do pregão, com critério de julgamento pelo menor preço, mostra-se adequada por se tratar de bens comuns, com especificações usuais de mercado, permitindo ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da qualidade, a qual será assegurada mediante especificações técnicas claras, critérios objetivos de aceitação e fiscalização do contrato.

Dessa forma, a contratação pretendida observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, isonomia e segurança jurídica, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a adequada entrega, montagem e funcionamento do mobiliário adquirido.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇAO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)

7.1. Subcontratação

7.1.1. É proibida a subcontratação total ou parcial do objeto.

7.2. Garantia da Execução

7.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões contidas no Estudo Técnico Preliminar.

7.3. Da exigência de amostra:

7.3.1. Não há necessidade de apresentação de amostra. Em caso de dúvida, poderá ser solicitado outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, encaminhados por meio eletrônico.

7.3.2. A empresa vencedora, deverá anexar em documentos complementares informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento idôneo ofertado em língua portuguesa que demonstre as

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

especificações técnicas e instruções de uso do produto, visto que o direito à informação é inerente ao procedimento licitatório;

7.3.3. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.4. Sustentabilidade
7.4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

7.4.2 São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:
I – Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, solo, ar e água;
II – Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
III – Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
IV – Maior geração de empregos, preferencialmente, com mão de obra local;
V – Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
VI – Uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais;
VII – Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, o fornecedor deverá, no que couber:
• Fornecer os produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
• Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
• Fornecer bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

As empresas participantes do certame deverão adotar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
• Como forma de assegurar a qualidade, os itens eletrônicos sujeitos à certificação do INMETRO deverão conter o respectivo selo, quando aplicável, bem como classificação de eficiência energética “A”, nos casos em que houver classificação estabelecida para a categoria do produto, conforme Lei nº 10.295/2001;
• A exigência do selo do INMETRO, e a classificação de eficiência energética “A” tem como objetivo a otimização no uso da energia para redução de gastos, visando combater o desperdício, além de reduzir a degradação do meio ambiente, e controlar as alterações climáticas pelo uso de equipamentos mais eficientes que usam menos recursos para proporcionar a mesma quantidade de energia útil.

DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL
Decreto Municipal 11.328/2016:
(...)
Art. 3º. Fica criado Programa de Compras Públicas Sustentáveis com a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental nas compras e licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis no âmbito do Município.
Parágrafo único – Para execução do Programa ficam instituídas as compras sustentáveis para os seguintes produtos:
(...)

Item IV: Eletroeletrônicos

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

Legislação	Principais determinações	Providencia a ser tomada	Precauções
Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos	Os materiais eletroeletrônicos, após findado sua vida útil, deverão ser encaminhados para a indústria fabricante, através de: * entrega em ponto de recepção gerido pela fabricante/importadora, ou empresa por ela designada para tal finalidade. * coleta através do fornecedor/ comerciante, sem ônus para o município. *encaminhamento via correios para a fabricante.	1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA e na MINUTA DE CONTRATO - item de obrigações da contratada: "A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos eletroeletrônicos usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os no local de origem e encaminhando aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Critérios de sustentabilidade: eficiência energética (selo do PROCEL e maior vida útil)**	- Lembramos que o fabricante e o comerciante de eletroeletrônicos também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia Prático sobre CTF também devem ser seguidas.

A comprovação das exigências contidas acima poderá ser feita por:

- Na entrega dos equipamentos:

Pelo fiscal do contrato, que terá a responsabilidade de orientação, intervenção e interdição dos serviços, quando verificadas irregularidades na execução, quando for possível o recolhimento, bem como prestar informação a respeito do descarte, em todas as entregas efetuadas pela empresa contratada.

8. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021).

8.1. Após a emissão do empenho ou contrato a empresa será convocada para entrega do objeto, da seguinte forma:

Prazo de entrega: 15 (quinze) dias úteis a partir da emissão de empenho e da ordem de fornecimento**.**

Local de Entrega:

SERVIÇO	ENDEREÇO
SEDE ADMINISTRATIVA DA FASPG	TRAVESSA PAUSTEUR, 50, CENTRO- PONTA GROSSA/PR – CEP: 84010-540

Poderão ser acrescentados outros locais, complementação e atualização de informações, alteração nos endereços, sempre com a ciência da Contratada.

Em virtude de equipamentos que eventualmente necessitem de montagem, poderão ser indicados o endereço das Instituição destinadas. Sendo que a indicação do endereço e responsável pelo recebimento será enviada juntamente com a Autorização de entrega e Empenho, dentro da Cidade de Ponta Grossa/PR.

Horário da Entrega: das 09h00min às 16h00min.

Fone: A ser informado na Autorização de Compra.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

Responsável pelo recebimento:
VILMARA VAZ DE OLIVEIRA – MATRÍCULA: 32017

8.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominados.

GESTOR DO CONTRATO:
DAYANE S. DUBIELA DA SILVA
MATRÍCULA 21985

SUPLENTE
EVERALDO CARNEIRO ORTIZ
MATRICULA: 31418

FISCAIS TÉCNICOS

DEPARTAMENTO	NOME/MATRÍCULA
DPSB	VILMARA VAZ DE OLIVEIRA – MATRÍCULA: 32017
	MARIA LUISA DERBIS – MATRÍCULA: 33057

8.3. Do Recebimento do Objeto
8.3.1. Os bens/serviços serão recebidos definitivamente conforme art. 80, inciso I ‘b’ e II ‘b’ do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Outrossim, constatado vícios de quantidade ou qualidade, a Administração poderá aplicar as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor.

8.3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.3.4. Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

8.4. Garantia, manutenção e assistência técnica do Objeto
8.4.1. O prazo de garantia contratual dos bens, corresponde ao prazo fornecido pelo fabricante, de acordo com o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto; A contratada garantirá a qualidade e segurança do objetos contra defeitos de fabricação, prazo mínimo 12 (doze) meses, sendo 90 (noventa) dias de garantia legal conforme art.26 do CDC do Código de Proteção e Defesa ao Consumidor, e, ainda deverá fazer a substituição dos objetos que apresentarem defeitos ou divergência das especificações contidas neste TR, no prazo não superior a 10 (dez) dias, a contar da notificação formal.

8.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

8.4.3. Assistência Técnica
8.4.3.1. O serviço de Assistência Técnica deverá ser prestado durante todo o período de garantia, para todos os objetos, devendo ser iniciado no primeiro dia útil após o aceite definitivo dos bens.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

8.4.3.2. O serviço de Assistência Técnica será prestado a fim de manter os objetos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal 21500/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO e DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea "g" da Lei nº 14.133/21)

Recebimento

10.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, mediante preenchimento e assinatura do relatório – parâmetros de fiscalização, conforme modelo.

10.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

Pagamento

10.7. O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:
a) 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
b) 18 (dezoito) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

10.8. O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

10.9. A nota fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:
10.9.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais - da sede ou domicílio da licitante;
10.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
10.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;
10.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
10.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea "h" da Lei nº 14.133/21)

11.1. A contratação será realizada conforme a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023, através do procedimento de pregão eletrônico, do tipo menor preço.

11.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital do Pregão Eletrônico, bem como os critérios de habilitação econômico-financeira.

11.3. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
a) Atestado, pelo menos um, de atividade pertinente e compatível com o que pretende fornecer, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando que a licitante realiza ou realizou fornecimento com características semelhantes no objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

11.3.1. NO ATO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL - ENTREGA DO OBJETO:

a) Para os itens: **MÁQUINA E EQUIPAMENTO AGRÍCOLA E RODOVIÁRIO, TIPO CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO (ZERO TURN), TIPO ROÇADEIRA LATERAL PROFISSIONAL e CORTA FRIOS:**
- Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá apresentar manual, catálogo ou documentação técnica do fabricante que demonstre que o equipamento possui os dispositivos de segurança previstos nas normas técnicas aplicáveis e atende aos requisitos da NR-12, quando cabível.
- Na entrega deverão acompanhar o equipamento: Manual de operação em língua portuguesa; Manual de manutenção; Catálogo de peças ou acesso eletrônico oficial; Certificado de garantia; Relação da rede de assistência técnica autorizada ou documento equivalente.

11.4. A empresa obrigatoriamente deverá informar a marca do bem em sua proposta inicial e final.

11.5. O fornecimento do objeto será único.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea "j" da Lei nº 14.133/21)

12.1. As despesas para atender a esta contratação estão previstas no orçamento para o exercício de 2026, conforme abaixo:

21.002.08.244.0048.1182

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

Código Reduzido 53
4.4.90.52.12.00 - Climatizador, Freezer
4.4.90.52.28.00 - Cortador de Frios, Fogão Industrial, Máquina de Gelo
4.4.90.52.34.00 - Carrinho Plataforma, Refresqueira, Cortador de Grama, Roçadeira
4.4.90.52.42.00 - Cadeira Giratória
Fonte 001

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

13.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual/2026. -DEMANDA Nº 3053/2026 e 3042/2026. EMENDAS IMPOSITIVAS/2026.

14. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Conforme disposto na Lei Federal 14133/2021, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

14.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.1.2 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato.

14.1.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.2. O instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, se aquisição de pequeno valor e sem compromissos futuros, sendo que ficam mantidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, as quais vinculam as partes.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

15.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.4. Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

15.4.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais - da sede ou domicílio da licitante;
15.4.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
15.4.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;
15.4.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
15.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

15.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

15.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

15.7. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

15.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

15.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

15.11. Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

15.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

15.13. É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação na licitação.

15.14. A empresa deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de referência e sua proposta, bem como a Nota Fiscal deverá constar as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, validade do produto, procedência e outras obrigatórias pela legislação vigente;*

15.15. Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis das normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto a ser entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

15.16. Toda a mão de obra, necessária para a correta logística de transporte para o fornecimento do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas ficarão sob a responsabilidade da empresa contratada;

15.17. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Termo de Contrato, quando for o caso.

15.18. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

15.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

15.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

15.21. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

15.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

15.23. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

16.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. São obrigações do **CONTRATANTE**.

16.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.

16.3. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e no contrato.

16.5. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

16.5.1. A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

16.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Contrato.

16.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

16.9. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para a resposta da empresa e a sua ação corretiva.

16.10. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo de Contrato, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

16.11. Observar para que, durante a vigência do presente Termo de Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

16.12. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

16.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. REAJUSTE e REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

17.1. Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preço no dia 28/07/2026.

17.2. A concessão do reajuste será realizada de oficio mediante apostilamento ao contrato, quando juridicamente cabível.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por termo aditivo, observada a natureza da alteração, conforme a forma juridicamente cabível e a legislação aplicável.

17.9. Surgindo fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o Contratante requer o reequilíbrio.

17.10. O prazo para a Contratante analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias corridos, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês mais a correção monetária sob o respectivo montante.

17.11. A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

19. ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

19.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.

Ponta Grossa, 11 de Agosto de 2026.

Assinado por:
DAYANE STELLE DUBIELA DA SILVA
11/08/2026 - 14:44
LUUPGKEPSQ0IYV8DDPXJYQ

DAYANE S. DUBIELA DA SILVA
COMPRAS E LICITAÇÕES

Assinado por:
Sandra Ap. Acordi dos Santos
11/08/2026 - 14:49
DVQ5IGQDTCSTAAVXX09QEG

SANDRA APARECIDA ACORDI SANTOS
DIRETORA DO DEPTO. DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Assinado por:
Tatyana Denise Belo
11/08/2026 - 18:38
DLW7NCVITTU6DMDG0SL6SQ

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

ANEXO 02

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026	
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:	**CNPJ**:
Endereço:	CEP:
Telefone: ( )	E-mail:
Preposto:	
Telefone: ( )	E-mail:

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
VALOR TOTAL: R$_____,__ (_____)						

2. NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

a) os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto ou destacado;

b) o prazo de validade da proposta (**de no mínimo, 90 dias**);

c) especificação e marca completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO 01**, deste edital; e

d) data e assinatura do Representante Legal da proponente.

3. O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no **ANEXO 01** deste edital.

3.1 O Valor Unitário - R$ - deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do licitante.

4. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

4.1 Deverá ser cotado preço unitário de acordo com o Anexo 01 do edital.

4.2 PROPOSTA: R$ (Por extenso)

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

6. PRAZO DE GARANTIA

6.1 A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos de acordo com o **ANEXO 01**, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

7. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 De acordo com o especificado no Termo de referência deste edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídos eventuais custos indiretos como vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, despesas com manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação e o ciclo de vida.

8. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1 De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A interposição de recurso suspende o prazo de validade da proposta até decisão.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

ANEXO 03
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Telefone: (0xx) _____

Na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de pregão eletrônico nº 20/2026, instaurada pela Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa, para fins de comprovação:

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO
Declaramos, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pelo Município de Ponta Grossa/PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, e que não estamos com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal suspensa.

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR VÍNCULO COM AGENTES QUE ATUEM NA LICITAÇÃO
Declaramos, sob as penas da lei, que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 7º, III, art. 14, IV, art. 122, § 3º todos da Lei nº 14.133/2021.

DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL
Declaramos que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste procedimento, não fomos condenados judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
Declaramos sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do presente procedimento licitatório, instaurado pela Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa/PR, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estamos cientes da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Estamos cientes da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo 02 da Instrução Normativa nº 027/2023, do IBAMA.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
Declara estar ciente e concordar com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório. Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

_____
SÓCIO PROPRIETÁRIO

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

ANEXO 04
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/202X.

PUBLICADO NO PNCP
EM ____/____/_____

*CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA** E A EMPRESA _____, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.*

CONTRATANTE: A **FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA**, pessoa jurídica de direito público, com sede Travessa Pasteur, n° 50, Centro- CEP 84010-540, inscrita no CNPJ sob o n° 07.865.433/0001-59, neste ato representada pela **Senhor(a) Presidente, _____,** nomeado(a) através do Decreto nº 24.411/2025, publicado no Diário Oficial do Município, na edição do dia 02 de janeiro de 2025, denominada **CONTRATANTE**, nesta cidade e comarca; e

CONTRATADA: EMPRESA _____ pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua _____, na cidade de _____, CEP: _____, telefone _____, e-mail:_____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, representada pelo ***Sr(a).*** _____, portador da Cédula de Identidade RG sob nº_____ e do CPF/MF _____, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, acham-se justos e contratados, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Tendo em vista o que consta no processo **SEI073145/2026** e em observância as disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, e demais legislações aplicáveis e complementares, resolvem celebrar o presente Contrato decorrente da **Licitação Pregão Eletrônico nº 20/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE** para cumprimento das emendas impositivas nº 283/2026 e nº 105/2026, destinadas à entidade **ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO E MARCOS CAVANIS,** conforme condições e exigências estabelecidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 20/2026** e seus anexos.

1.2 Especificação do objeto da contratação:

Item	Catmat / Elotech	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
a) termo de Referência;
b) edital da Licitação;
c) proposta do **CONTRATADO**; e
d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA, EFICACIA E PRORROGAÇÃO

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

2.1 O prazo de vigência do contrato será de **06 (seis) meses**, contados da data publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município.

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por interesse das partes, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja efetivado antes do término da respectiva vigência, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

2.2.1 A prorrogação de que trata o item acima é condicionado ao ateste, pela área demandante, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto são os seguintes:

3.1.1 Após a emissão do empenho ou contrato a empresa será convocada para entrega do objeto, da seguinte forma:

Prazo de entrega: 15 (quinze) dias úteis a partir da emissão de empenho e da ordem de fornecimento**.**

Local de Entrega:

SERVIÇO	ENDEREÇO
SEDE ADMINISTRATIVA DA FASPG	TRAVESSA PAUSTEUR, 50, CENTRO- PONTA GROSSA/PR – CEP: 84010-540

Poderão ser acrescentados outros locais, complementação e atualização de informações, alteração nos endereços, sempre com a ciência da Contratada.

Em virtude de equipamentos que eventualmente necessitem de montagem, poderão ser indicados o endereço das Instituição destinadas. Sendo que a indicação do endereço e responsável pelo recebimento será enviada juntamente com a Autorização de entrega e Empenho, dentro da Cidade de Ponta Grossa/PR.

Horário da Entrega: das 09h00min às 16h00min.

Fone: A ser informado na Autorização de Compra.

Responsável pelo recebimento:
VILMARA VAZ DE OLIVEIRA – MATRÍCULA: 32017

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominados.

GESTOR DO CONTRATO:
DAYANE S. DUBIELA DA SILVA
MATRÍCULA 21985

SUPLENTE
EVERALDO CARNEIRO ORTIZ
MATRICULA: 31418

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

3.1.2 **O fornecimento do objeto será único.**
3.1.3 Os produtos deverão estar em suas respectivas embalagens originais, com a indicação da marca e demais características que possibilitem a correta identificação do material;
3.1.4 Garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses;
3.1.5 Assistência técnica preferencialmente no Estado do Paraná.
3.1.6 Os itens devem atender aos critérios de sustentabilidade conforme estabelecido no Termo de Referência.

3.2 Do Recebimento do Objeto
3.2.1 Os bens/serviços serão recebidos definitivamente conforme art. 80, inciso I 'b' e II 'b' do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Outrossim, constatado vícios de quantidade ou qualidade, a Administração poderá aplicar as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor.
3.2.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
3.2.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
3.2.4 Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

3.3 Garantia, manutenção e assistência técnica do Objeto
3.3.1 O prazo de garantia contratual dos bens, corresponde ao prazo fornecido pelo fabricante, de acordo com o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto; A contratada garantirá a qualidade e segurança do objetos contra defeitos de fabricação, prazo mínimo 12 (doze) meses, sendo 90 (noventa) dias de garantia legal conforme art.26 do CDC do Código de Proteção e Defesa ao Consumidor, e, ainda deverá fazer a substituição dos objetos que apresentarem defeitos ou divergência das especificações contidas no Termo de Referência, no prazo não superior a 10 (dez) dias, a contar da notificação formal;
3.3.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.4 Assistência Técnica
3.4.1 O serviço de Assistência Técnica, no que couber, deverá ser prestado durante todo o período de garantia, para todos os objetos, devendo ser iniciado no primeiro dia útil após o aceite definitivo dos bens.
3.4.2 O serviço de Assistência Técnica será prestado a fim de manter os objetos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

3.5 O objeto do presente Termo de Contrato, se estiver de acordo com as especificações do edital, será recebido:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e
b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO
4.1 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.
CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
5.1 O preço para o presente ajuste é de **R$ _____**, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela **CONTRATADA**, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

CLÁUSULA SEXTA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1 O pagamento das obrigações aqui contratadas observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 87 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

a) 18 (dezoito dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
b) 18 (dezoito dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa

6.2 O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

6.3 A nota fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

6.3.1 Certidão Negativa de Débitos Municipais - da sede ou domicílio da licitante;
6.3.2 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
6.3.3 Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;
6.3.4 Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
6.3.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

7.1 Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preço no dia **28/07/2026**.

7.2 A concessão do reajuste será realizada de oficio mediante apostilamento ao contrato, quando juridicamente cabível.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por termo aditivo, observada a natureza da alteração, conforme a forma juridicamente cabível e a legislação aplicável.

7.9 Surgindo fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o Contratante requer o reequilíbrio.

7.10 O prazo para a Contratante analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias corridos, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês mais a correção monetária sob o respectivo montante.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

7.11 A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.3 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.4 Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.5 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.5.1 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.7 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Contrato.

8.8 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.9 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para a resposta da empresa e a sua ação corretiva.

8.10 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo de Contrato, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

8.11 Observar para que, durante a vigência do presente Termo de Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.12 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas, e ainda:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4 Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

9.4.1 prova de regularidade relativa à tributos municipais;
9.4.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
9.4.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;
9.4.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
9.4.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.6 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.7 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.8 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

9.11 Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

9.12 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

9.13 É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na licitação.

9.14 A empresa deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de referência e sua proposta, bem como a Nota Fiscal deverá constar as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, validade do produto, procedência e outras obrigatórias pela legislação vigente*.

9.15 Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis das normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto a ser entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

9.16 Toda a mão de obra, necessária para a correta logística de transporte para o fornecimento do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas ficarão sob a responsabilidade da empresa contratada;

9.17 Indicar preposto para representá-la durante a execução do Termo de Contrato.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

9.18 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.19 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21 Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.23 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei 13.709/2018 e Decreto Municipal nº 20.533/2022, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação independentemente de declaração ou de aceitação expressa, em especial a;

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios, aplicados na legislação citada;

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO E DO OBJETO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11.2 A presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **CONTRATADO** as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;
b) Multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
c) Impedimento de licitar e contratar; e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.1.1 Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave

12.1.2 Multa compensatória:

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

12.1.2.1 De 2% (dois) por cento a 10% (dez) por cento sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

a) Em caso de recusa do adjudicatário em assinar os contratos derivados de ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

b) Em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

12.1.2.2 De 11% (onze) por cento a 20% (vinte) por cento sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato.

12.1.2.3 De 21% (vinte e um) por cento a 30% (trinta) por cento sobre o valor contratado, em caso de:

a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato.

c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza.

d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e do contrato.

e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

h) Dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

12.1.3 Multa moratória:

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos) por cento por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta) por cento do valor **CONTRATADO**. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

a) Retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade.

b) Descontado do valor da garantia prestada.

c) Pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis.

d) Encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

12.1.4 Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

12.1.4.1 Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.1.4.2 Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos. a) não celebrar o contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

12.1.4.3 Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado.

b) dar causa à inexecução total do contrato.

12.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas seguintes hipóteses, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2 Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 que o **CONTRATADO** está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mencionado decreto.

12.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto 21.635/2023, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

12.3.1 Entende-se como tratativas o esforço desprendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1 O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) "**prática de colusão**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

14.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente.

14.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.3 A rescisão deste Termo de Contrato implicará retenção de crédito decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, bem como na assunção dos serviços pela **CONTRATANTE** na forma que a mesma determinar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2026, conforme abaixo:

21.002.08.244.0048.1182
Código Reduzido 53
4.4.90.52.12.00 - Climatizador, Freezer
4.4.90.52.28.00 - Cortador de Frios, Fogão Industrial, Máquina de Gelo
4.4.90.52.34.00 - Carrinho Plataforma, Refresqueira, Cortador de Grama, Roçadeira
4.4.90.52.42.00 - Cadeira Giratória
Fonte 001

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15.3 As adequações orçamentárias necessárias ao cumprimento do contrato, serão vinculadas a este instrumento, através de apostilamento

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

16.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominadas.

FISCAIS TÉCNICOS

DEPARTAMENTO	NOME/MATRÍCULA
DPSB	VILMARA VAZ DE OLIVEIRA – MATRÍCULA: 32017
	MARIA LUISA DERBIS – MATRÍCULA: 33057

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023.

18.2 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

18.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA** deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

19.2 O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1 Fica a **CONTRATADA** ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato,

20.2 Fica eleito o foro da Comarca de PONTA GROSSA, estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ponta Grossa, _____ / _____/ _____

_____ _____

CONTRATADA
Empresa

CONTRATANTE
Fundação de Assistência Social
de Ponta Grossa

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome
Matrícula

Nome
Matrícula

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

ANEXO 05
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

PARÂMETROS DE FISCALIZAÇÃO

Identificação do Termo Contratual			
CONTRATO Nº			
Data de Assinatura			
Data de Publicação			
Valor Contratual			
Prazo de Vigência	Data Inicial	Data Final	
Empenho	Nº	Valor:	Data
Data de Emissão da Ordem de Serviço			
Prazo de Execução	Data Inicial	Data Final	
Edital de Licitação nº			
Objeto do Contrato:			
Obrigações do Contratante: *(colocar o que está previsto no contrato e o que foi estipulado como critérios de aferição notificados para a empresa)*			

Condições da Prestação		
( )	**Excelente:**	Atendidas todas as condições do contrato e do edital, com bens e serviços de ótima qualidade.
( )	**Ótima:**	Atendidas as condições do contrato e do edital com bens e serviços que atendem as exigências básicas da legislação.
( )	**Boa:**	Atendida a parte essencial do contrato, havendo necessidade de se observar os critérios colocados, no prazo de 30 dias, sob pena de apontamento para penalidade.
( )	**Ruim:**	Não foram atendidas as necessidades essenciais ou não foram atendidos os critérios colocados no prazo definido.

Quanto a documentação		
A empresa apresentou certidão negativa de débitos municipais	( ) Sim	( ) Não
A empresa apresentou certidão de regularidade quanto ao FGTS	( ) Sim	( ) Não
A empresa apresentou certidão negativa previdenciária	( ) Sim	( ) Não

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

A empresa apresentou rol de pessoas que trabalham na execução do serviço*	( ) Sim	( ) Não
A empresa apresentou quadro de horário dos empregados*	( ) Sim	( ) Não
A empresa apresentou os contratos que mantém com outras empresas em caso de ser permitida total ou em parte a terceirização de serviços	( ) Sim	( ) Não
A empresa apresentou comprovante de recolhimento de encargos sociais contendo o nome dos empregados que prestam serviços relativos ao contrato com o Município	( ) Sim	( ) Não
A empresa apresentou comprovante de retenção/pagamento de IR e INSS relativo ao contrato dos terceirizados	( ) Sim	( ) Não

Condições dos Produtos	
( ) Excelente:	Supera os padrões estabelecidos pelas normas técnicas e de fiscalização.
( ) Ótima:	De acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas.
( ) Regular:	Não existem padrões específicos, todavia, os produtos aparentam ter qualidade.
( ) Irregular:	Os produtos não estão de acordo com as normas técnicas e apresentam falhas ou defeitos que não recomendam o uso. *(neste caso tirar foto do produto, anexando ao processo, ou pegar amostra certificando o entregador e pegando a assinatura de duas testemunhas no local. No caso de ser produto alimentício, envolver a amostra em plástico e guardar no freezer, para eventual perícia).*
Situações não atendidas:	
Atrasos ocorridos:	

Condições dos serviços	
( ) Excelente:	Supera os padrões estabelecidos pelas normas técnicas e de fiscalização.
( ) Ótima:	De acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas.
( ) Regular:	Não existem padrões específicos, todavia, os produtos aparentam ter qualidade.
( ) Irregular:	Os serviços não estão sendo prestados em conformidade com o desejado pela Secretaria ou pelos usuários. *(neste caso relatar a situação, por exemplo, falta de pessoal, falta de material, falta de urbanidade no atendimento)*
Observações complementares	
Situações não atendidas	
( )	Os prestadores de serviço da contratada não estão registrados corretamente.
( )	Os prestadores de serviço da contratada não estão ligados à empresa por meio de contrato de prestação de serviços
( )	Há irregularidade nos pagamentos aos contratados
( )	Não há recolhimento de encargos sobre a prestação de serviços dos contratados
( )	Não estão sendo cumpridas regras básicas trabalhistas *(fornecimento de uniforme, pagamento de horas extras, pagamento de adicional de insalubridade, etc. Neste caso especificar o que se verificou a falta).*
( )	Está ocorrendo terceirização de serviços ou sub contratação, não havendo permissão neste sentido no contrato.
Observações gerais: *(fazer observações por escrito em cada item ou colocar: "nada a apontar")*	

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

a) Quanto a necessidade de notificação para regularização de item apontado:	
b) Alertas sobre necessidade de prorrogação do contrato, no caso do serviço ou bem ser considerado de qualidade e necessário ao serviço público:	
c) Alerta sobre necessidade de averiguação de quantitativos para mais ou menos para atender as necessidades do poder público:	
d) Alerta sobre a necessidade de se iniciar estudos para nova contratação, uma vez que o contratante não está atendendo as necessidades da administração pública:	
e) Alerta quanto a necessidade de recomposição de equilíbrio econômico financeiro:	
f) Outros: *(relatar por escrito suas observações sobre o cumprimento do contrato, tendo como premissa que a Administração Municipal pretende sempre o melhor serviço/produto).*	

Alterações do Termo Contratual *(informar todas as alterações realizadas durante o período)*	
Termos de Aditivo	
Termos de Apostilamento	
Retificações	

Informações do Saldo	
Valor Empenhado	
Valor Pago	
Saldo	

Órgão responsável pela gestão do Contrato:	
Identificação do Fiscal responsável	Nome:
	Matrícula Funcional:
Período fiscalizado	

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136

Em, ___/___/_____
FISCAL

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=082c3d4b-fac3-484f-a8c5-7eef72dee136